

BOLSA

# Exclusão da Reditus deixa acionistas sem contrapartida

A mais antiga tecnológica da bolsa de Lisboa vai deixar de estar cotada a 16 de setembro. A saída, ditada pela Euronext, acontece depois de numerosos adiamentos de divulgação de resultados, primeiro relativos a 2021, depois a 2022 e 2023. Os advogados indicam que, face à situação, não deverá haver lugar para contrapartida:

Miguel Baltazar



A Reditus tem vindo a apresentar melhorias nas contas, mas a falta de informação ao mercado ditou a saída da bolsa de Lisboa.

**DIOGO MENDO FERNANDES**  
diogofernandes@negocios.pt

**E**ntrou em bolsa a 28 de agosto de 1987 e integrou o índice de referência nacional – na altura PSI20 e atualmente PSI – entre dezembro de 2004 e outubro de 2006. Pouco mais de 37 anos depois, a 16 de setembro, as ações da Reditus vão

ser excluídas de negociação “por decisão da Euronext”. E de acordo com o historial neste tipo de situação os advogados ouvidos pelo Negócios indicam que o cenário mais provável é que não haja uma contrapartida para os atuais acionistas.

“O pagamento de uma contrapartida para a saída de bolsa está previsto na lei apenas para os casos em que a iniciativa da saída é da própria sociedade cotada”, explica José Pedro Fazenda Martins, sócio da área de bancário e financeiro da Vieira de Almeida (VdA).

Daniel Macedo Ferreira e João Santos Carvalho, do departamento de “corporate & finance” da SRS Legal, partilham desta ideia e lembram que, a ser paga, essa contrapartida teria de ser aprovada em assembleia geral (AG). O Negócios sabe que está prevista uma reunião magna, mas que esta não está ainda marcada. Estando a saída prevista para meados de setembro, já não é possível acontecer antes, uma vez que a antecedência mínima para a marcação da AG é de 15 dias.

No entanto, “tal não significa

que os titulares das ações da sociedade excluída fiquem totalmente desprotegidos face à eventual violação dos seus direitos, nomeadamente do direito à informação, extensivamente protegido tanto no Código das Sociedades Comerciais como no Código dos Valores Mobiliários”, ressalva Beatriz Couto, associada da SPCB Legal.

“O incumprimento das obrigações permanentes” da cotada, como é descrito no regulamento da Euronext, foi justamente a razão pela qual a gestora da bolsa de Lisboa, procedeu à retirada de bol-

sa da Reditus, detalha Eduardo Paulino, sócio da Morais Leitão.

Foi em meados de julho de 2021 que os títulos da mais antiga tecnológica da bolsa passaram a estar no compartimento de penalização da bolsa de Lisboa. A justificação foi os sucessivos atrasos de comunicação de informação financeira ao mercado. Os resultados relativos ao exercício de 2021 e 2022 foram adiados várias vezes e estes últimos apenas foram divulgados em meados de agosto. A empresa conta revelar as contas do ano passado 60 dias após apro-



**Uma contrapartida para a saída de bolsa está prevista na lei apenas para os casos em que a iniciativa da saída é da própria sociedade cotada.**

**JOSÉ PEDRO FAZENDA MARTINS**  
Sócio da área de bancário e financeiro da Vieira de Almeida

vação das contas de 2022 em assembleia geral.

Apesar de não se referir diretamente à Reditus, fonte oficial da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) disse ao Negócios estar a acompanhar a situação, sublinhando que o supervisor não se pode pronunciar sobre “medidas de supervisão ou sancionatórias concretas em curso em relação a qualquer entidade sob sua supervisão”.

Acrescenta que, independentemente da exclusão pela Euro-next, “o atraso na divulgação de informação financeira periódica não dispensa as entidades emittentes de continuarem a observar todos os seus restantes deveres de divulgação de informação”, onde se podem incluir participações qualificadas, acima de 5%.

Os advogados ouvidos pelo Negócios ressaltam que a situação da Reditus é atípica e que, por isso, se torna difícil tecer comparações com outros casos, ou compreender se os acionistas têm direito a alguma compensação face ao não pagamento de uma contrapartida, pelo menos até agora.

#### “Rally” das ações da Reditus não tem pernas para andar

A situação da empresa era frágil desde 2021, mas os resultados de 2022 vieram mostrar algumas melhorias. Os lucros triplicaram face ao ano anterior, para 8,7 milhões de euros. O mercado aplaudiu e as ações mais do que triplicaram de valor nas sessões seguintes para máximos de seis anos, nos 12 cêntimos.

A capitalização bolsista, que rondava os 366 mil euros antes da apresentação de contas, pulou para 1,76 milhões. O movimento de correção que se seguiu já levou os títulos a fecharem esta quinta-feira nos 4,1 cêntimos e a capita-



**Não significa que os titulares das ações da sociedade excluída fiquem totalmente desprotegidos face à eventual violação dos seus direitos.**

**BEATRIZ COUTO**  
Associada da SPCB Legal

lização em 600,2 mil euros.

A empresa tem pouco mais de 50% do capital disperso em bolsa, sendo que o acionista maioritário, embora sem controlo da gestão, é Miguel Pais do Amaral que detém 24,74%. A família Moreira Rato tem 10,12% e o restante capital encontra-se, junto de outros acionistas de menor dimensão.

A escalada imediata dos títulos da empresa de tecnologia foi, no entender de César Borja, analista do Borja on Stocks, “uma reação às notícias e aos lucros” e a uma avaliação de que a empresa está “muito barata”, recorrendo ao rácio que compara o resultado líquido com a capitalização.

Alerta, no entanto, que os resultados positivos se deveram a um efeito extraordinário de Angola, no valor de quase 11 milhões de euros. Juntando a situação financeira da empresa, que continua a ter um capital próprio negativo, em situação de falência técnica, “não há grandes razões para comprar a ação”, até porque o “rally” não tem “sustentação, nem espaço para continuar”.

Adicionalmente, corrobora Vítor Madeira, analista da Xtb, “quando estamos a olhar para dados tão antigos fica difícil de prever qual vai ser a trajetória da empresa”. Também as perspetivas de dividendos são nulas “dado que a empresa se encontra num nível de solvabilidade crítico” e deverá, por isso, “dar prioridade em saldar dívidas primeiro antes de proceder a distribuições de lucros”.

A saída de bolsa torna este cenário ainda mais complexo, acrescenta Henrique Tomé, também analista da Xtb, dado que se “os acionistas escolherem manter as suas ações, terão de assumir a perda de liquidez, uma vez que as ações se tornam não cotadas e mais difíceis de negociar”. ■

ID: 112979629

06-09-2024

# Acionistas da Reditus ficam sem contrapartida com expulsão da bolsa

MERCADOS 26 e 27